

os julgamentos de nuremberga

bernard michal

Tradução de Amigos do Livro

Índice



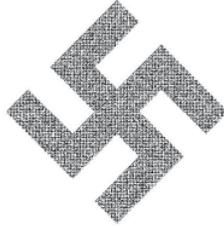
PRIMEIRA PARTE	9
Introdução	11
Os crimes de guerra	13
A caça ao homem	21
O libelo	40
A tomada do poder	61
Premeditação	93
Um filme atroz	117
O caso Hess	142
Crimes contra a paz	152
O ataque contra a Rússia	189
SEGUNDA PARTE	205
Os Franceses acusam	207
Testemunhos esmagadores	245
O ato de acusação russo	255
Goering e Ribbentrop defendem-se	283
Os depoimentos dos outros acusados	313
O requisitório e o veredicto	364
As execuções	375



PRIMEIRA
PARTE



Introdução



O maior processo da História, o mais importante dos processos internacionais de todos os tempos — e, para alguns, um dos mais contestados — decorreu na ausência do acusado número um. Só os comparsas, os seus adjuntos mais diretos, foram julgados e condenados. O processo foi aberto em 20 de novembro de 1945 em Nuremberga, um dos berços do nazismo vencido. Viriam a ser necessárias ao tribunal 403 audiências, para ouvir 33 testemunhas de acusação e 61 de defesa, além de receber 141 depoimentos escritos, até pronunciar o encerramento dos debates.

Foi este processo que marcou definitivamente o termo da Segunda Guerra Mundial. Adolf Hitler foi o grande ausente — morto, ao que parece, no seu *bunker* de Berlim. Mas Goering, Hess, Ribbentrop, Keitel, Rosenberg, entre os principais, sentaram-se no banco dos réus. Alguns deles tinham sido capturados ao cabo de uma verdadeira caça ao homem numa Alemanha agonizante e em ruínas.

Os quatro aliados — os Estados Unidos, a URSS, a Inglaterra e a França — quiseram, no decorrer deste processo, julgar os responsáveis pela Segunda Guerra Mundial e, acima de tudo, «aqueles que tivessem cometido atos contrários às leis e aos costumes da guerra», isto é, os «criminosos de guerra» responsáveis *a priori* pela morte de milhões de pessoas.

Como se chegou a semelhante processo? Seria o Tribunal Internacional quadripartido competente para julgar os adjuntos do *Führer*? E o processo, seria legítimo? Teriam os quatro vencedores o direito de se arvorarem em juízes de um país e de um regime vencidos? E se a guerra tivesse sido ganha pelos nazis, teria o mundo assistido a um «Nuremberga» ao contrário?

A verdade, porém, é que entre os «crimes contra a humanidade» os juízes falarão longamente das execuções sumárias e das atrocidades cometidas nos campos de concentração.

«Foi uma tarde tão boa até ao momento em que apresentaram este filme... Liam as minhas conversas ao telefone a respeito da Áustria e toda a gente se ria comigo. E depois apresentaram aquele filme horrível, e então tudo ficou estragado», foi tudo o que disse Hermann Goering, o delfim de Hitler, depois da projeção, perante o tribunal, de um filme sobre a vida nos campos de morte nazis.

Este processo fora de série durará quase um ano. Na hora decisiva em que ia decidir-se a sentença, o procurador-geral americano, depois de ter pedido as penas mais severas para os dirigentes hitlerianos presentes no tribunal, disse simplesmente: «A História reconhecerá que tudo o que estas pessoas teriam podido dizer em sua defesa disseram-no de facto. Nunca, nos tempos do seu esplendor e do seu poderio, concederam eles a qualquer homem um processo semelhante ao que nós lhes concedemos. As nossas provas da sua culpabilidade baseiam-se firmemente em testemunhos, aos quais eles não puderam opor senão desculpas lamentáveis e os desprezíveis malabarismos que ouvistes; e se, no momento do julgamento final, a minha acusação é rigorosa, impiedosa, é porque essas provas o exigem... Se dissésseis que estes homens não são culpados, isso quereria dizer que não houve nem guerra, nem chacinas, nem crimes...»

Onze dos acusados foram condenados à morte na forca. Na sua maioria, os outros teriam de sofrer longas penas de prisão.

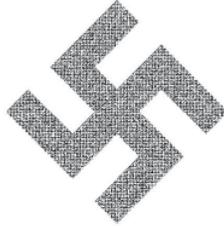
Com este processo, ponto final de uma época, é toda a história do nazismo que vos apresentamos. Faremos o ponto dos principais acontecimentos abordados no decurso dos debates. É, portanto, um verdadeiro processo-dossiê que vamos abrir: as atas das audiências serão colocadas no seu verdadeiro contexto e completadas com aquilo que não foi dito durante os debates deste processo gigantesco. Contudo, para que não haja possibilidade de confusão, esses aditamentos serão diferenciados do processo em si mesmo.

Speer, um dos réus, declarará, ao reconhecer a culpabilidade do regime de Hitler: «Este processo é necessário. Mesmo sob uma ditadura, crimes tão abomináveis exigem uma responsabilidade comum. Seria uma desculpa inadmissível pretender escondermo-nos por detrás da obediência às ordens.»

Poderá, no entanto, perguntar-se como se teria desenrolado o processo de Nuremberga se Hitler tivesse tomado o seu lugar no banco dos réus.

B. M.

Os crimes de guerra



Nuremberga, novembro de 1945, primeiro outono de paz. Três quartas partes da cidade estão destruídas. Do seu esplendor restam algumas ruínas no bairro medieval. As igrejas de S. Lourenço, de Nossa Senhora, de S. Sebaldo, o castelo imperial do século XII e a casa onde viveu Dürer foram gravemente atingidos. Do outro lado do Regnitz, os bonitos bairros do século XIX e as fábricas estão arrasadas. O Regnitz, rio navegável da rede Reno-Meno, que fez a prosperidade de Nuremberga, corre entre casas senhoriais desmanteladas e fábricas incendiadas. Uma única fábrica continua aberta em toda a região: a da MAN (Maschinenfabrik Augsburg-Nürnberg). Trabalha para o Exército americano. Três mil operários executam ali reparações de motores. Por toda a parte, a miséria e o desemprego. O inverno anuncia-se difícil, o abastecimento, precário. De quatrocentos e trinta mil habitantes em 1939, a população desceu para duzentos e noventa mil. Só se publica aqui um jornal — o *Nürnberger Nachrichten* —, sob o controlo das autoridades de ocupação.

É nesta cidade que os criminosos de guerra nazis vão ser julgados. Para os quatrocentos jornalistas vindos de todos os pontos da Terra, Nuremberga é, antes de tudo, a imagem da Alemanha vencida. Não foi possível assegurar-lhes alojamento na cidade. O acampamento da imprensa situa-se a cerca de doze quilómetros, nos imensos campos bávaros, onde restam apenas, aqui e além, alguns vestígios do Zollverein, da prosperidade bismarkiana e do impulso industrial de antes da guerra. É que nesta Francónia Central, de que Nuremberga é a capital, nenhuma guerra tinha deslocado fosse o que fosse desde a era napoleónica: nem mesmo a guerra e a derrota de 1918.

Não é a primeira vez que Nuremberga é, assim, uma imagem da Alemanha. Dir-se-ia mesmo ser destino desta cidade refletir, ao longo da História, a alma da nação alemã.

Velha cidade, cheia de bonomia e de sorrisos, Nuremberga simbolizou, no século xv, a Alemanha das manufaturas metalúrgicas, do comércio próspero entre o Levante ou Itália e os Países Baixos... entre a Polónia e a França... isto é: uma encruzilhada de riqueza e de bem-estar. Mais tarde, no século xvi, ei-la transformada num dos centros mais brilhantes da Renascença europeia. Dürer, com o seu rosto de Cristo, nasceu aqui. E depois dos seus estudos e das suas viagens, é aqui que volta para se instalar.

Mas será também uma imagem da Alemanha das contradições e das violências: desde 1927, Nuremberga transformou-se na sede de uma grande parada nazi. Em 1935, é aqui que Julius Streicher cria uma das cidadelas do antissemitismo. Foi, com efeito, em Nuremberga que foram editadas, em setembro de 1935, as leis raciais segundo as quais vão passar a existir, durante quase dez anos, na Alemanha e na Europa ocupada, três categorias de homens: os homens nascidos de família ariana, os homens descendentes de muitas gerações de judeus e os homens em cuja ascendência se inclui um elemento judeu. Como foi possível que tais leis vissem a luz do dia no país de Goethe e de Schumann? Como foi possível que se promulgassem essas leis num dos países e no meio de um povo dos mais civilizados do mundo? É justamente para obter uma resposta a esta pergunta, e a muitas mais, que o Tribunal Militar Internacional terá a sua sede em Nuremberga, nesse dia 20 de novembro de 1945.

A criação do Tribunal Militar Internacional suscitou uma série de dificuldades de ordem moral e jurídica, material e diplomática. Basta que se leia o jornal *Le Monde* de 18 de novembro de 1945 para se tomar consciência do problema moral levantado pela instituição de um tribunal militar internacional. No seu noticiário do estrangeiro, o jornal francês anota:

«Sempre houve crimes de guerra que em geral apenas foram punidos com represálias. Os processos atuais inspiram-se, portanto, num princípio novo. A saber: que em tempo de guerra certos atos reprovados pela moral ficam dependentes da justiça e são passíveis de sanções exemplares. Não se pode deixar de aderir a este princípio, que marca um progresso da consciência universal, e cuja aplicação poderá, até certo ponto, intimidar os criminosos do futuro. Há que reconhecer, no entanto, que esta suscita numerosas dificuldades.

»A primeira consiste na própria definição do crime de guerra. Seria relativamente fácil se se entendesse que crimes de guerra são apenas atos contrários

à humanidade e que as necessidades da luta não justificassem. Incluem-se nesta categoria as torturas e os homicídios dos campos de concentração, as execuções maciças de certos grupos da população, tais como os judeus, os polacos, os ucranianos, ou os atos ferozes de certos chefes militares, como o da destruição de Oradour.

»Mas o processo de Nuremberga vai incluir casos de outra natureza. Sabe-se que se destina às mais altas personagens do Terceiro Reich, civis e militares.

»Estes serão por vezes incriminados por crueldades injustificáveis, como os carrascos vulgares de Dachau e de algures, mas ser-lhes-ão também imputados outros crimes. Foi decidido considerar assim a *responsabilidade* da guerra e inculpar a esse título aqueles que podem ser considerados seus autores ou que, pelos seus conselhos e a sua influência, tenham contribuído para a fazer deflagrar.

»Não restam dúvidas de que os juízes chamados a Nuremberga, escolhidos entre a *élite* da magistratura dos países aliados, vão cumprir a sua tarefa com imparcialidade e competência. É uma grande experiência a que vai ser tentada. E seria deplorável se o seu êxito não fosse completo.»

A ideia de punir os crimes de guerra de outra forma que não seja a das simples represálias, por seu turno criminosas, não data de 1945.

Desde a Idade Média que certas leis foram decoradas por todos. A Paz de Deus proíbe que se faça o menor mal aos religiosos, às mulheres, às crianças, aos lavradores: em geral, a todos aqueles que não pegaram em armas. A Trégua de Deus obriga a suspender as hostilidades abertas entre o sábado e a quarta-feira.

Existiam tribunais para julgar os infratores. Eram as Oficialidades (representantes do Santo Ofício); a sua sanção — a excomunhão — era a mais terrível na época.

Fénelon retomaria, séculos mais tarde, a ideia de uma «lei da guerra». Foi mesmo o primeiro a utilizar esta expressão: «Há leis», observa no *Exame de Consciência de Um Rei*, «que são leis da guerra, mas que não devem ser consideradas menos religiosamente do que as leis da paz, sem o que a guerra não seria mais do que uma luta desumana, uma série perpétua de assassínios, de abominações e de barbaridades.»

Mas foi necessário esperar pelo ano de 1899 para se chegar a uma regulamentação dos usos da guerra. Nesse ano, o czar propõe a vinte e sete Estados a assinatura de uma convenção que tinha um regulamento anexo.

Oito anos mais tarde, ainda o czar, mas agora associado ao Presidente dos Estados Unidos da América, encara o alargamento dessa convenção: quarenta

e quatro nações respondem ao convite. A Conferência de Haia reuniu-se em 1907.

Um regulamento é redigido, e prevê (Artigo 23.º) que «os beligerantes não têm um direito ilimitado de escolha nos meios destinados a destruir o inimigo». São assim proscritos o veneno ou as armas envenenadas, os projéteis ou as matérias destinadas a causar males supérfluos. Todo o inimigo que tenha baixado as armas ou que não tenha os meios para se defender e que se tenha rendido sem condições não será nem morto nem ferido. Os prisioneiros serão tratados como o Exército nacional em tempo de paz. Não devem ser incitados a participar em operações militares contra os seus países. As populações não serão diretamente expostas aos perigos da guerra. Não podem ser constrangidas a fornecer informações. São proibidas todas as sanções coletivas (Artigos 44.º, 49.º, 51.º e 52.º do Regulamento de Haia). A pilhagem é proibida. Os fornecimentos em géneros são pagos a pronto. Na falta de um pagamento a pronto, deve ser passado recibo.

O facto de não serem respeitadas estas leis acarreta o pagamento de indemnizações. A convenção não prevê sanções penais. Os autores de exações não são postos em causa. São os seus próprios Estados que devem puni-los... ou o Estado que os fez prisioneiros.

Desde 1902 que o regulamento do Exército alemão prevê a aplicação de 1899:

«Todo aquele que agisse em contravenção com estas disposições, relativas ao emprego de certas armas, o assassínio de feridos ou de prisioneiros, a recusa de prestar assistência a soldados que tenham deposto as armas, será responsável por esse facto perante o seu país; se for feito prisioneiro, é passível de castigo militar.

»No que se refere à situação pessoal dos habitantes de um país ocupado, ao seu direito de não serem violentados no corpo ou nos bens, bem como na sua honra e liberdade, emerge o facto de todo o homicídio injustificado, todo o vexame doloso ou devido a negligência, toda a lesão, toda a perturbação doméstica, todo o atentado à família, à honra, aos bons costumes e, em geral, todo o ataque e violência criminosos ou contrários ao direito serem puníveis no mesmo grau que seriam se tivessem por objeto os habitantes do país do invasor...

»A propriedade privada móvel, que era antigamente considerada, sem qualquer objeção, presa dos vencedores, é hoje reputada de inviolável. Considera-se, portanto, furto criminoso e passível de castigo o ato de quem se apodere de dinheiro, relógios, joias e outros objetos de valor.»

O código francês é igualmente claro:

«Todo o indivíduo que, na zona de operações de uma força militar em campanha:

»— despoja um militar ferido, doente ou morto é punido com reclusão;

»— exerce sobre um militar ferido ou doente, para o despojar, violências que agravem o seu estado é punido com a morte;

»— comete, por crueldade, violências sobre um militar ferido ou doente que não esteja em estado de se defender é punido com reclusão...»

Assim, quer se trate do código alemão ou do francês, os crimes estão nitidamente definidos e é reconhecida a competência dos tribunais militares. Por outro lado, reconhece-se também que os criminosos são passíveis dos tribunais militares do país que os capturou.

Deflagra a guerra de 1914: os gases, os bombardeamentos aéreos, as deportações da população civil, o carácter mundial do conflito — tudo concorre para tornar rapidamente obsoletas as Convenções de Haia.

Na hora da vitória, os Aliados decidem julgar Guilherme II, que entendem ter violado os princípios fundamentais do direito das gentes ao atacar dois países neutrais: a Bélgica e o Luxemburgo.

Assim, o Tratado de Versalhes prevê que o Governo alemão reconheça às potências aliadas e associadas o direito de levar a tribunais militares «as pessoas acusadas de terem cometido atos contrários às leis e aos costumes da guerra».

O Governo alemão deverá, segundo o Tratado de Versalhes, entregar às potências aliadas e associadas «todas as pessoas que, sendo acusadas de terem cometido um ato contrário às leis e aos costumes da guerra, lhe sejam designadas, quer nominalmente quer por patente, função ou emprego nas quais essas pessoas tenham sido colocadas pelas autoridades alemãs».

O Artigo 229.º é ainda mais preciso:

«Os autores de atos contra os nacionais de uma das potências aliadas e associadas serão julgados pelos tribunais militares dessa potência. Os autores de atos cometidos contra naturais de várias potências serão julgados por tribunais militares compostos por membros pertencentes aos tribunais militares das potências interessadas. Em todos os casos, o acusado terá o direito de designar ele próprio o seu advogado.»

Artigo 230.º:

«O Governo alemão compromete-se a fornecer todos os documentos e informações, sejam de que natureza forem, cuja apresentação for considerada necessária para completo conhecimento dos factos incriminados, procura dos culpados e apreciação exata das responsabilidades.»

O Artigo 227.º visa particularmente o ex-Imperador da Alemanha:

«As potências aliadas e associadas colocam sob acusação Guilherme II de Hohenzollern, ex-Imperador, por suprema ofensa à moral internacional e à sagrada autoridade dos tratados.»

Um tribunal especial viria a ser constituído para julgar o acusado, assegurando-lhe as garantias essenciais ao direito de defesa. Esse tribunal seria composto por cinco juizes nomeados por cada uma das potências da Aliança: Estados Unidos, Grã-Bretanha, França, Itália e Japão.

O tribunal julgaria segundo «os princípios mais elevados da política entre nações», com a preocupação de assegurar o respeito pelas obrigações solenes e pelos compromissos internacionais, «bem como pela moral internacional». Competir-lhe-á determinar a pena que entender que deva ser aplicada.

As potências aliadas e associadas dirigiriam ao Governo dos Países Baixos um requerimento pedindo que o antigo Imperador lhes fosse entregue para ser julgado.

Estas cláusulas do tratado não seriam nunca aplicadas. Os Países Baixos fariam valer o princípio segundo o qual, em matéria de delito político, a extradição não é norma regular. A Alemanha evoca o princípio da reciprocidade: pede que sejam também julgados os criminosos de guerra aliados. Em seu entender, a responsabilidade da guerra foi partilhada por outros dirigentes. E censura várias grandes potências — nomeadamente a Rússia — por conduzirem uma «política imperialista». Segundo esta argumentação, Guilherme II não deve ser considerado o único culpado.

Os Aliados deixam por fim à Alemanha o cuidado de julgar os seus próprios cidadãos, comunicando ao Governo alemão a lista dos criminosos de guerra. Essa lista comporta oitocentos e noventa e seis nomes. A Alemanha elimina oitocentos e cinquenta e um. Restam ainda quarenta e cinco quando o Senado criminal do Supremo Tribunal de Leipzig é designado na qualidade de jurisdição competente.

Doze pessoas são julgadas, seis condenadas: uma a dez anos de prisão, duas a quatro anos, uma a dois anos, duas a seis meses.

Ano de 1928... A opinião pública mundial vive a hora da paz eterna: Aristide Briand e o secretário de Estado americano, Kellog, propõem a todos os países que adiram a um pacto universal de renúncia à guerra. É o Pacto de Paris, conhecido também por «Pacto Briand-Kellog».

Aristide Briand declara nessa ocasião: «Considerada no passado como um direito divino e mantida na ética internacional como uma prerrogativa da soberania, a guerra foi finalmente despojada daquilo que constituía o seu mais grave perigo: a sua legitimidade. Atingida agora pela ilegalidade,

fica submetida ao regime convencional de uma verdadeira colocação fora da lei.»

O senador americano Bruce responde-lhe na cerimónia de assinatura: «A humanidade tem agora uma grande visão da paz no mundo.»

Quando deflagra, em 1939, a Segunda Guerra Mundial, não existe, portanto, jurisdição internacional para os crimes de guerra.

Perante os crimes cometidos pelos Alemães nos territórios ocupados, Churchill e Roosevelt fazem, em 25 de outubro de 1941, uma declaração pública dirigida às potências do Eixo. E condenam solenemente os crimes cometidos.

A 13 de janeiro de 1942, os representantes dos países ocupados, reunidos em Londres, reclamam o castigo dos culpados por uma jurisdição interaliada. Criam, meses mais tarde, a Comissão dos Crimes de Guerra das Nações Unidas. A União Soviética não está representada nessa comissão, mas, em 1 de novembro de 1943, Moscovo faz, por seu turno, uma declaração pública. Nessa declaração, o Governo soviético anuncia que os crimes serão castigados e que os grandes criminosos deverão ser submetidos aos «julgamentos dos Aliados».

A guerra aproxima-se do fim. Parece que os neutrais deverão ser associados a uma ação dos Aliados se se quiser evitar que os dirigentes nazis procurem refugiar-se nesses países.

Uma advertência é-lhes enviada: diz-se-lhes claramente que «os Aliados considerarão o acolhimento, a assistência ou a proteção concedidos a tais pessoas como uma violação dos princípios pelos quais combatem as Nações Unidas e que estão decididos a tornar efetivos por todos os meios ao seu alcance».

A 8 de maio de 1945, a Alemanha capitula. A 5 de junho, uma declaração assinada pelos plenipotenciários alemães regista a capitulação. E consagra, nesse mesmo instante, a «tomada da autoridade suprema na Alemanha pela França, Grã-Bretanha, União Soviética e Estados Unidos».

O Artigo 11.º dessa declaração estipula que:

«a) Os principais dirigentes designados pelos representantes aliados e todas as pessoas em qualquer momento nomeadas ou designadas pelo seu posto, função, ou emprego pelos representantes aliados como suspeitas de terem cometido, ordenado ou encorajado crimes de guerra ou atos de violência análogos serão detidos e entregues aos representantes aliados.

»b) O mesmo acontecerá a todo o natural de qualquer das Nações Unidas que for acusado de ter cometido uma infração às leis do seu país e que pode a todo o momento ser nomeado ou designado pela sua patente, posto ou emprego pelos representantes aliados.

»c) As autoridades e o povo alemães acatarão todas as instruções dadas pelos representantes aliados para a detenção e entrega dessas pessoas.»

Como se vê, os naturais dos países aliados são também passíveis do julgamento das Nações Unidas.

A 8 de agosto de 1945, o Estatuto do Tribunal Militar Internacional é estabelecido por acordo assinado entre os Aliados.

Dezoito nações aderem a esse acordo e aprovam esse estatuto.

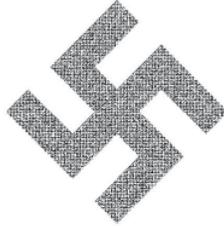
O Tribunal Militar Internacional terá, em princípio, a sua sede em Berlim. Poderá escolher o local das suas audiências para cada processo. A Grã-Bretanha, a União Soviética, a França e os Estados Unidos escolherão um juiz cada um, mas esses juízes serão «desnacionalizados».

Em contrapartida, os ministérios públicos serão nacionais e representarão os interesses dos Estados a que pertencem.

Antes de se iniciar o processo será constituída uma comissão de «instrução e busca dos grandes criminosos de guerra».

Os inculpatos poderão escolher os seus advogados.

A caça ao homem



No dia 21 de abril de 1945, em Berlim, Joseph Goebbels reúne os seus colaboradores na Rua Hermann Goering. Nem um vidro nas janelas, o gesso dos tetos caíra aos bocados sob os bombardeamentos da aviação aliada. Não havia eletricidade para iluminar a sala, apenas algumas velas.

O ministro da Propaganda do Reich, o homem mais inteligente do Governo, juntamente com Goering, usa um fato escuro, impecável. Como de costume, usa uma camisa branca com colarinho engomado. Senta-se numa cadeira coberta de poeira. Faz um gesto: e as vinte e cinco pessoas presentes aproximam-se instintivamente, em silêncio.

«O povo alemão não demonstrou estar à altura da sua tarefa. A leste, foge a toda a pressa; a oeste, impede os soldados de se baterem e içar bandeiras brancas. Que poderei fazer com um povo cujos homens já nem sequer lutam quando lhes violentam as mulheres! No fim de contas, este destino é aquele que o povo alemão quis ter. Lembrem-se do plebiscito de novembro de 1933, quando lhe perguntámos se aprovava a nossa saída da Sociedade das Nações. Nesse dia, uma maioria esmagadora pronunciou-se, por sua própria iniciativa, contra a política da submissão e a favor de um empreendimento audacioso. Nenhuma probabilidade... o empreendimento audacioso malogrou-se... Evidentemente, trata-se de uma surpresa dolorosa, mesmo no que respeita aos meus colaboradores. Notem que nunca obriguei ninguém a colaborar comigo. Tal como nunca obrigámos o povo alemão a seguir-nos. Reparem, senhores, que um tempo houve em que todos vocês tinham o maior empenho em trabalhar comigo. A infelicidade está em que apostaram no cavalo que perdeu. Amanhã, esse erro de avaliação vai custar-lhes sem dúvida a vida: vão cortar-lhes a cabeça...»

Sorridente mas extremamente pálido, Goebbels dirige-se para a porta. No momento de a fechar, exclama: «Mas se tivermos de sair da cena, pois bem: a Terra inteira deve estremecer!»

A Alemanha desmorona-se, com efeito, dez dias mais tarde. Ministros e generais são engolidos pela tormenta. Isolados, sem possibilidade de comunicação entre si, procuram, cada um conforme a sua personalidade, o modo de reagir perante a situação que lhes é imposta.

Uns lutam até ao último minuto e deixam-se abater no seu posto. Outros rendem-se tentando salvar, por uma capitulação negociada, os homens e as cidades colocados sob a sua responsabilidade. Há ainda os que fogem em busca de um asilo, que na sua maior parte não conseguem encontrar. Há, finalmente, os que se suprimem. Hitler é um desses.

No dia 1 de maio de 1945, às vinte e duas horas e trinta, a Rádio de Hamburgo difunde o seguinte comunicado:

«Do GQG [Grande Quartel-General] do *Führer*: ontem à tarde Adolf Hitler encontrou a morte no seu PC [Posto de Comando] da Chancelaria, de onde dirigiu até ao seu último suspiro a luta contra o bolchevismo. Na véspera, o *Führer* designara como seu sucessor o almirante Doenitz.»

Desde 16 de abril de 1945, as linhas alemãs de Küstrin, perto de Francoforte do Óder, são bombardeadas por seiscentas peças da artilharia soviética por cada quilómetro de frente, além dos «órgãos de Estaline». Rapidamente, a tenaz de ferro e de fogo fecha-se sobre Berlim. Poucos dias mais tarde, o almirante Doenitz e o general Jodl deixam a capital durante a noite em direção a Flensburg, em Eslésvico-Holsácia. Hitler consente nessa partida, para o caso de, uma vez conquistada Berlim, ser preciso transmitir a outros o comando supremo.

Esse momento não tarda — em 30 de abril, pelas dezoito horas e trinta, Doenitz recebe uma mensagem pela rádio:

«O *Führer* acaba de o designar seu sucessor, no lugar do ex-marechal Goering. Poderes por escrito a caminho. Queira tomar todas as disposições que a situação exige. Assinado: Bormann.»

No dia seguinte, novo telegrama ultrassecreto, reservado ao comando supremo (a transmitir unicamente por um oficial), chega às mãos de Doenitz:

«*Führer* falecido ontem às quinze e trinta, testamento datado de 29 de abril nomeia-o presidente do Reich e fixa as atribuições seguintes: Goebbels passa a ser o chanceler; Bormann, ministro do Partido; Seyss-Inquart, ministro dos Negócios Estrangeiros. Bormann vai tentar chegar junto de si ainda hoje a fim de o informar sobre a situação geral...»

Doenitz dá imediatamente uma primeira ordem quando recebe este telegrama: «Prendam Bormann e Goebbels logo que cheguem ao GQG.»

É que, no extraordinário caos da Alemanha vencida, os militares nazis querem ainda jogar uma cartada, tornando-se os interlocutores válidos dos Aliados — e salvando assim a cabeça. Num oceano de ruínas e de morte, procuram destruir-se uns aos outros pela conquista da herança do *Führer*.

Esse é um dos aspetos mais extraordinários, quase poderia dizer-se dos mais fascinantes, da lúgubre aventura nazi, que durou mais de vinte anos.

Goebbels é o único a compreender que não há nenhuma esperança, como vimos. E mata-se com a sua mulher, Magda — que antes envenenara os seus seis filhos. Há quem afirme que Goebbels teria matado a mulher antes de se suicidar. Outros garantem que o casal se teria feito abater a tiros de espingarda-metralhadora por um oficial de serviço, que em seguida teria regado os corpos com gasolina, para os queimar. Estes pormenores têm, aliás, pouca importância. Uma coisa parece certa: Fritzsche, o principal colaborador de Goebbels, que era o diretor da Divisão de Rádio do Ministério de Propaganda, reconheceu o corpo do seu chefe no dia 4 de maio, a pedido dos Russos.

Esse mesmo Fritzsche, que se manteve no seu posto até ao último momento, tentou negociar a capitulação de Berlim. Ao tomar conhecimento pela Rádio de Hamburgo, que escuta no seu aparelho de pilhas, da morte de Hitler, dirige uma carta ao general Jukov. Um tenente-coronel do Exército soviético vem buscá-lo, na madrugada de 2 de maio, ao Ministério da Propaganda. Porém, ao chegar às linhas russas, dizem-lhe que o general Weidling, comandante de um dos setores da defesa de Berlim, acaba de parlamentar com o comando russo e de ordenar o cessar-fogo.

A proclamação do general Weidling aos últimos combatentes de Berlim descreve os derradeiros momentos da batalha:

«No dia 30 de abril, o *Führer* abandonou-nos à nossa sorte. Era, no entanto, por sua ordem que todos vós vos julgáveis obrigados a prosseguir na luta. Mas a derrocada é geral e, em todo o caso, a falta de armas pesadas e de munições torna a vossa resistência insensata. Cada hora que passa apenas aumenta os sofrimentos da população civil e dos nossos feridos. E por isso vos convido, de pleno acordo com o alto comando das forças soviéticas, a cessar imediatamente o combate.»

Mais tarde, Hans Fritzsche descreveu como segue a tomada de Berlim: «No decurso das duas guerras mundiais, vi muitas cenas horrendas. Mas nenhuma delas comparável às imagens que se ofereciam aos nossos olhos até Tempelhof (onde se encontrava o Estado-Maior soviético)... Não assisti

aos dramas que devem ter-se desenrolado quando da rendição de abrigos e de edifícios isolados. Também não posso descrever a horrível tragédia daquelas mulheres que preferiram lançar-se das janelas com os filhos nos braços a deixarem-se apanhar pelas mãos ávidas dos vencedores. Mas aquilo que vi com os meus próprios olhos — as ruínas e as chamas, e sobretudo a expressão de pavor estampado ainda no rosto de certos mortos — mostrava claramente o que se passara aqui. De tal maneira que desejaria ter sido libertado daquele pesadelo por um dos obuses que continuavam a cair em redor de nós.»

Fritzsche, um dos responsáveis que tentaram negociar com os vencedores, teve de identificar, no dia 4 de maio, o corpo do seu chefe, Goebbels. E foi em seguida transferido para Moscovo, para a célebre prisão de Lubianka; iremos depois encontrá-lo no banco dos réus, em Nuremberga.

Foi a segunda personalidade alemã acusada de crimes de guerra presa pelos Aliados. A primeira detenção fora, com efeito, a de Wilhelm Frick, antigo ministro do Interior do Terceiro Reich. São oficiais do VII Exército americano que o descobrem, nos últimos dias de abril, nos arredores de Munique, onde se esconde.



O procurador-geral soviético, Roman Rudenko

O segundo homem da hierarquia nazi, Hermann Goering, não se resolve a seguir o exemplo do seu chefe. Pouco antes do suicídio de Hitler, demonstra

ter boas esperanças de vir a ser o chefe supremo. Deverá atribuir-se esta atitude à inconsciência, à ambição, à convicção da necessidade de adotar finalmente — e bem tarde, há que dizê-lo — uma política razoável? Considera-se provado, e há desse facto vários testemunhos, que muitos dos chefes nazis reconhecem, muito antes da última hora, que Hitler já não é pleno senhor de si próprio. A sua teimosia cega, muito próxima da demência, conduz a Alemanha à catástrofe. Mas se era fácil julgar a situação e o seu carácter desesperado, não era tão fácil, nem era sobretudo prudente, procurar chegar a outras consequências que não fossem aquelas a que Hitler chegava, embora tivesse declarado: «Se for necessário negociar com os Aliados, Goering fá-lo-á muito melhor do que eu.»

E o próprio Goering não tardará a compreendê-lo.

Em fins de abril, no momento em que Goebbels discursa aos seus colaboradores nos termos que conhecemos, Goering envia para Berchtesgaden, por rádio, a seguinte mensagem cifrada: «Meu *Führer*: visto que decidi permanecer no seu posto, nessa fortaleza cercada que é Berlim, estará de acordo em que eu assumo o conjunto dos poderes do Governo, no interior como perante o estrangeiro, aplicando-se a lei de 29 de junho de 1941? No caso de não receber qualquer resposta até às vinte e duas horas, presumirei que já não dispõe da sua plena liberdade de ação e depreenderei que estão preenchidas as condições para a aplicação dessa lei.»

A resposta não tardou, embora tenha sido indireta:

«Goering é privado, com efeitos imediatos, de todas as suas funções, bem como da sucessão do posto superior. Deve mantê-lo imediatamente em estado de detenção por crime de alta traição. Se o *Führer* vier a morrer, haverá que liquidar o traidor sem outra forma de processo. Martin Bormann.»¹

Os SS (*Schutzstaffeln*, Tropa de Proteção) prendem Goering. Depois do bombardeamento de Berchtesgaden, conduzem-no, com a família, para Mauterndorf, na Áustria. O general SS Kohler recusar-se-á a executar a ordem de abater o marechal por morte de Hitler. E explicará assim a sua atitude: «Opus-me ao homicídio porque não admito que se suprima um adversário político.»

De facto, a ordem era assinada por Bormann. Era preciso muito mais para abater o marechal.

Ao falar de adversário político, o que nunca teria feito se se referisse ao *Führer*, que não podia ser posto em pé de igualdade com qualquer dos seus colaboradores, Kohler mostra claramente que a luta era aberta por Bormann

¹ Este telegrama explica a expressão «ex-marechal Goering» utilizada por Bormann na sua mensagem atrás citada, conferindo ao almirante Doenitz a sucessão de Hitler.

com vista à sucessão e que os SS não reconheciam a autoridade delegada em tais circunstâncias.

Eis porque, dias mais tarde, uma unidade da Aviação poderá sem dificuldade libertar o marechal das mãos dos SS.

O sargento aviador Kohnle conta a sua «entrevista» com o marechal, que acabava de libertar.

Goering, sereno e «jovial», conversa por momentos com o sargento, que se lhe apresentara. E faz-lhe confidências. Dá a entender que deveriam tê-lo deixado agir. Hitler era um megalómano — diz ainda. Agora que desapareceu, «a guerra acabou, e serei eu, marechal do Reich, que tomarei conta do Governo». Depois disto, Goering afasta-se, dá alguns passos e cai. Kohnle dá-nos as suas impressões: «Provavelmente, a sua indisposição era devida ao facto de, desde a sua detenção, os SS o terem privado de morfina. Toda a gente sabia que o marechal era morfinómano...»

Goering faz um evidente cálculo errado. Será que teme que os SS voltem atrás sobre a decisão de o poupar? É que ele é, de facto, um rival de peso para Bormann. E ignorará na verdade, como tantas vezes afirmou, que o seu nome está em segundo lugar, e logo a seguir ao de Hitler, na lista dos criminosos de guerra? Ignorará que os Aliados tencionam julgar os criminosos nazis? Ignorará, como disse — e o processo sobre este ponto deverá fazer luz —, as execrações cometidas pelos Alemães? Estará convencido de que os Aliados não podem prescindir de um interlocutor de nível elevado para repor a Alemanha em marcha depois da guerra? Dir-se-ia, com efeito, que está convencido de que chegou a sua hora de representar o papel principal.

Ela soa, de facto, no dia 9 de maio — quando o armistício estava assinado havia vinte e quatro horas.

Um coronel alemão apresenta-se num posto avançado da 36.^a Divisão do VII Exército americano. Apresenta-se: Bernd von Brauchitsch. E acrescenta: «Venho, na qualidade de parlamentar, da parte do marechal Hermann Goering.» Conduzem-no sem demora ao Estado-Maior da divisão. O general Stack recebe-o. Combina o encontro.

Horas depois, o jipe do vencedor e o *Mercedes* do vencido param a poucos metros um do outro. Stack faz a continência. Goering levanta o seu bastão de marechal. Os dois homens apresentam-se e apertam as mãos.

O general Stack acaba, com esse simples gesto, de desencadear um incidente diplomático entre os Aliados.

A opinião pública e vários dirigentes políticos aproveitam a ocasião para recordar que os crimes de guerra devem ser pagos ao mais alto nível.

E é assim que este acontecimento, aparentemente pequeno e anódino — um aperto de mão numa estrada de província para os lados de Zell-am-See —, toma um significado fundamental.

A imprensa inflama-se. O comandante-chefe Eisenhower recebe um pedido de explicações da Casa Branca e em breve recebe ordem para retificar as coisas: deverá desaprovar em público o gesto do general comandante da 36.^a Divisão.

A Inglaterra reage no seu estilo: o ministro da Reconstrução, Lord Woolten, declara na tribuna da Câmara dos Lordes, em nome do Governo de Sua Majestade: «A guerra não é um jogo amigável, que termine com um aperto de mão.»

Goering é transferido para Kitzbühel, com a mulher e os filhos, e instalado numa vivenda para onde dezassete camiões transportam a sua bagagem.

Depois de ter inspecionado todos os quartos da sua nova residência, o marechal, sentado diante de uma pequena mesa, ao sol, dá uma conferência de imprensa para jornalistas aliados.

A difusão dessa conferência de imprensa foi proibida pela censura; serão necessários muitos anos para que se saiba o que Goering disse então.

A primeira pergunta, formulada por um jornalista americano, parece surpreender vivamente a segunda personagem do Reich:

— Sabe que o seu nome figura na lista dos criminosos de guerra?

— Sei-o agora! Verdadeiramente, não vejo o motivo por que o meu nome terá sido inscrito nessa lista.

— Em que momento compreendeu, pela primeira vez, que a Alemanha tinha perdido a guerra?

— Uns dias depois do desembarque na Normandia e do grande avanço dos Russos.

— Em seu entender, qual foi o grande fator dessa derrota?

— A ofensiva aérea «Around the Clock» (ininterrupta durante as vinte e quatro horas do dia).

— Nunca ninguém tentou dizer a Hitler que o prosseguimento da guerra se tinha tornado inútil?

— Tentámos. Mais de uma vez, mesmo. Pelo menos três ou quatro chefes militares demonstraram-lhe que estávamos em risco de ser batidos. Mas a reação de Hitler foi sempre negativa. Não queria que lhe falassem nisso. Até que chegou a proibir qualquer conversa sobre o assunto. Em suma: recusava-se a encarar qualquer hipótese que não fosse a nossa vitória.

— Quem tem a responsabilidade da criação dos campos de concentração e do seu abominável regime?

— Essencialmente, o próprio Hitler. O pessoal da administração concentracionista, desde os mais altos funcionários aos escriturários e aos guardas da SS, dependia diretamente dele. Os organismos oficiais do Estado eram mantidos à distância.

— Como prevê o futuro da Alemanha?

— É ao vencedor que compete encontrar as possibilidades de existência e de ressurreição do povo alemão. Se os Aliados se mostrarem incapazes de o fazer, o futuro da Alemanha e do mundo inteiro será certamente muito sombrio. É evidente que toda a gente deseja a paz, mas toda essa boa vontade arrisca-se a ser insuficiente.

— O marechal Goering não tem mais nada a acrescentar? Quererá fazer uma declaração a título pessoal?

— Queria lançar um apelo à consciência mundial: há que ajudar o povo alemão a viver e a levantar-se. Gostaria igualmente de exprimir a minha gratidão a este povo corajoso, que continuou a bater-se, mesmo depois de saber que tudo estava perdido.

Terá Goering compreendido bem a pergunta sobre os campos de concentração? Saberá o marechal o que sabem os jornalistas aliados que lhe fazem perguntas? Saberá que os campos de concentração foram, na realidade, campos de extermínio? Eis um ponto importante, que o processo de Nuremberga deverá elucidar.

Hitler morto, Goebbels morto, Goering fora da lei, Bormann tenta chegar até junto do novo *Führer*, o almirante Doenitz. Mas será que foi prevenido a tempo de que este último dera ordem para o prenderem se se apresentasse no GQG? Em todo o caso, Bormann não se serviu do avião posto à sua disposição por Hitler — e nunca se lhe descobriu o destino. No processo, é citado à revelia. Há rumores de que um dos motoristas de Hitler teria visto Bormann ser morto por um obus junto de um blindado *Tigre*... O seu depoimento poderá vir a esclarecer os juízes. Nas vésperas da abertura das audiências, sabe-se que foi citado pela defesa.

Dados concretos foram revelados mais tarde, doze anos depois da guerra, pelo general de aviação Hans Baur, piloto pessoal do *Führer*. Ao regressar da Rússia, onde estava como prisioneiro de guerra, Hans Baur declarou, com efeito: «De acordo com as últimas instruções que Hitler me enviou, eu devia levar Bormann a bordo de um aparelho que se encontrava no terreno de Zechlin, nos arredores de Berlim, mas Bormann foi morto quando tentava atravessar as linhas soviéticas, às portas de Berlim.»

Sobre a morte daquele que foi, nos últimos dias, a alma danada de Hitler,

restam no entanto algumas dúvidas. Mas o depoimento do piloto de Hitler corrobora o de outro prisioneiro dos Russos, Juan Pilar, um soldado de origem espanhola, combatente da Wehrmacht e libertado pelos Russos em 1955. Segundo Pilar, Bormann teria morrido em maio de 1945, num carro blindado, em Berlim. Juan Pilar afirma ter ele próprio encontrado o cadáver de Bormann.



Na primeira fila, da esquerda para a direita: Goering, Hess, Ribbentrop, Keitel e Kaltenbrunner escutando o libelo de acusação. Na segunda fila: Doenitz, Raeder e Schirach

Axmann, chefe das Juventudes Hitlerianas, dá logo nos primeiros dias do pós-guerra um testemunho circunstanciado: «As tropas da infantaria soviética, emboscadas nas casas e nas ruínas, mantinham debaixo de fogo a multidão bloqueada pela barricada anticarro da Ponte de Weidendamm. No ajuntamento reparei», declara o sucessor de Baldur von Schirach, «em Martin Bormann com o uniforme da Wehrmacht. Subitamente, surgiram de uma rua lateral vários canhões alemães e um blindado *Tigre*. E logo começou uma correria: toda a gente, homens, mulheres e crianças, quis pôr-se ao abrigo, atrás do *Tigre*. Logo a seguir, o blindado, atingido em cheio, explodia em chamas. Recuperei os sentidos sob um montão de corpos — feridos e mortos. Tendo conseguido libertar-me, saltei para uma cratera aberta por uma bomba... onde se encontrava já Martin Bormann, sem uma beliscadura. Pouco depois, juntaram-se a nós o meu ajudante de campo e o doutor Stumpfegger, que foi o

último médico assistente de Hitler. Separamo-nos então. Eu e o meu ajudante íamos tentar chegar ao Bairro de Moabit. Bormann e o médico preferiram tentar a sua sorte em sentido contrário, para os lado da Estação de Stettin. Ao cabo de duzentos ou trezentos metros, a aparição de blindados soviéticos obrigou-nos a fazer meia-volta. Quando, para atravessar de novo o rio, íamos entrar na Ponte dos Inválidos, vimos Bormann e o médico caídos no passeio, com os braços abertos: estavam mortos.»

Em outubro de 1954, em Berlim Ocidental, Bormann, «ausente» havia nove anos, foi, de acordo com a lei alemã, declarado morto no Registo Civil.

No entanto, há depoimentos que podem levar a crer que Bormann teria conseguido refúgio num país da América Latina. Desde a guerra, a imprensa mundial tem feito eco com certa regularidade da sua passagem, incógnito, num ou noutro país da América do Sul. De todas as vezes que uma verificação foi possível, teve de se reconhecer que se tratava de uma confusão e que as testemunhas se tinham enganado. Afinal, Bormann ainda estará vivo? Eis um dos grandes enigmas da Segunda Guerra Mundial.

Um após outro, os dignitários nazis assistem ao desmoronar do seu sonho. Doenitz, oficialmente detentor dos poderes necessários, empreende as diligências com vista à capitulação da Alemanha. Num primeiro momento, julga conseguir uma paz separada a ocidente, mas a evidência não tarda a apresentar-se-lhe: os Aliados só aceitarão uma capitulação geral e total. Decide então ganhar tempo, para permitir que o maior número possível de Alemães fuja aos Russos e venha render-se aos Ocidentais. Eisenhower recusa-se a entrar nesse jogo. Quando três parlamentares de Doenitz chegam a Reims para negociar, exige uma capitulação imediata e sem condições. Entretanto, Montgomery aceitara o cessar-fogo para o dia 5 de maio, às oito da manhã, em toda a frente norte. Na noite de 7 para 8, Jodl capitula em nome da Alemanha.

Vinte e quatro horas mais tarde, durante a noite, em Berlim, o marechal Keitel e os plenipotenciários alemães assinam o documento oficial da capitulação na presença do marechal Jukov, do marechal da aviação Sir Arthur Tedder, do general Spaatz, que representava Eisenhower, e do general Lattre de Tassigny.

Dias depois, Keitel é detido. Antes de responder à convocação dos Aliados, despede-se de Doenitz. Ao almirante, surpreendido pela detenção, Keitel responde: «Trata-se provavelmente de um assunto que remonta a abril de 1944. Nessa altura, o Alto Comando da Wehrmacht ordenou a execução de cinquenta oficiais aviadores britânicos. E como eu me encontrava à testa do Alto Comando...»

Em seguida, foi o Governo provisório do Reich que recebeu ordem para comparecer a bordo do navio alemão *Patria*, no porto de Flensburg: na manhã de 10 de julho, Doenitz, em grande uniforme, sobe a bordo. E é preso, bem como todos os seus colaboradores. Albert Speer, «ministro da Produção Industrial», é detido a poucos quilómetros de distância, em Glücksburgo, onde acabava de instalar o seu gabinete.

Os outros dirigentes nazis são detidos mais dificilmente, e muitas vezes por mero acaso. Assim, foi um sargento do IX Exército americano que descobriu numa cabana, no coração da floresta renana, um senhor de aparência muito digna: Franz von Papen, antigo chanceler, que se apresenta com toda a naturalidade ao sargento, como o teria feito, anos antes, num dos salões da Wilhelmstrasse.

A captura de Frank, «o carnicheiro de Cracóvia», antigo governador-geral da Polónia, passa-se de maneira menos elegante. Apanhado com dois mil soldados na região de Berchtesgaden, tenta suicidar-se abrindo as veias. É salvo no último momento.

Pela voz dos seus advogados, confessa-se culpado no processo de Nuremberga.

Hans Frank é um antigo advogado. Conselheiro jurídico do partido, é nomeado para Varsóvia depois da entrada das tropas alemãs na Polónia. Dirige a repressão contra o povo polaco com um rigor e uma crueldade sem exemplo na História. Depois de detido e da sua tentativa de suicídio, converte-se ao catolicismo. É, pelo menos, o que afirma a 7 de novembro de 1945, antes do processo mas depois de ter tido conhecimento do ato de acusação. E declara num interrogatório: «Hitler representava o espírito do Diabo sobre a Terra e não reconhecia nenhum poder superior ao seu. Deus considerou esse bando de pagãos balofos do seu fraco poder e depois varreu-os simplesmente, desdenhoso e divertido... Se algum de nós houvesse tido a coragem de matar Hitler! Censuro-me a mim próprio a este respeito. Quantas misérias, quantas destruições e quantas mortes teriam sido evitadas! Comecei a compreender em 1942 o mal que estava encarnado nele. Mas quando, nessa altura, protestei em público contra as medidas de terror, ele privou-me da minha patente militar e do meu poder político, mas deixou-me ser, como figurante, o governador-geral da Polónia, para que eu ficasse na História como o símbolo dos crimes cometidos nesse país desgraçado.»

Trata-se do mesmo homem que anotava no seu diário íntimo, nos tempos do nazismo todo-poderoso: «Imaginemos que eu me tenha apresentado a Hitler para lhe anunciar: “Meu *Führer*, acabo de exterminar mais cento e

cinquenta mil polacos.” Ele ter-me-ia respondido: “Muito bem, desde que tenha sido necessário. Em qualquer caso, uma vez ganha a guerra, poderemos fazer dos Polacos carne para salsichas, bem como dos Ucrânianos e de toda essa gentinha. Pela minha parte, não vejo nisso qualquer inconveniente.”» O diário de Frank tem trinta e oito volumes!

A aproximação destes dois textos mostra com quanta reserva devem ser considerados os depoimentos de Frank. Para os espectadores do julgamento de Nuremberga, este homem será, sem dúvida, uma das personagens principais, dada a enorme massa de crimes que pesam sobre os seus ombros, crimes cometidos na Polónia mártir desde o princípio da guerra. Não teria ele, como diz, poderes absolutos na Polónia a partir de 1942? E tinha-os, segundo a sua própria confissão, antes dessa data. Ora, o martírio da Polónia não data apenas de 1942.

A detenção de Julius Streicher é de todas a mais pitoresca. Uma vez consumada a derrocada, o teórico nazi do antisemitismo disfarça-se de pintor pacífico e sereno. É diante do seu cavalete que é surpreendido pelo comandante Blitt, da 101.^a Divisão Aerotransportada do Exército americano. Este entrara numa propriedade rural, nos arredores de Berchtesgaden, para beber um copo de leite. Vendo o velho pintor, aproxima-se e inicia a conversação. De mais perto, repara que o velho tem uma estranha parecença com um retrato de Julius Streicher.

— Sabe, avozinho, parece-se estranhamente com Julius Streicher.

— Acha que sim? Eu chamo-me Hermann Sailer.

O comandante Blitt não se deixa convencer e, pelo sim, pelo não, chama os seus homens e manda prender o velho. No dia seguinte, a imprensa do mundo inteiro pode anunciar: «Detenção de Julius Streicher. O maior antisemita de todos os tempos foi detido por um judeu de Nova Iorque.»

Logo a partir do dia seguinte ao da vitória, os peritos aliados encarregados do inventário dos crimes de guerra enviaram para todas as unidades militares as fotografias de todos os dignitários nazis procurados.

Assim se explica a facilidade que houve em descobrir os dirigentes do Reich, mesmo quando tomavam todas as precauções para guardar o incógnito.

Ribbentrop — ex-ministro dos Negócios Estrangeiros — é arrancado da cama, denunciado pelo filho do comerciante de Hamburgo que o hospedava...

Baldur von Schirach, antigo chefe das Juventudes Hitlerianas, é o próprio a denunciar-se.

Himmler é descoberto devido a parecerem demasiado recentes os

documentos falsos que exhibe... E é assim que, uns atrás dos outros, os dirigentes nazis vão seguindo o caminho da prisão.

Von Schirach teria podido desaparecer para sempre. Testemunhas dignas de crédito afirmavam, com efeito, que fora enforcado em Viena, no lampadário de uma ponte sobre o Danúbio, pela população de que fora o *Gauleiter*...

Refugiara-se numa aldeia do Tirol. Conseguiu mesmo chegar a ser intérprete ao serviço do Exército americano... Mas um dia este homem, quase seguro da impunidade, sabe que todos os seus antigos associados estão presos e vão ser julgados. Baldur von Schirach escreve então ao comandante americano do setor onde se encontra: «É voluntariamente que me rendo às autoridades aliadas. Assim, terei a possibilidade de responder pelos meus atos perante um tribunal internacional. Assinado: Baldur von Schirach.»

O oficial americano sabe que Schirach «morreu»... Manda prender, no entanto, o autor dessa carta. E é assim que o chefe das Juventudes Hitlerianas figurará, de sua própria vontade, no banco dos réus em Nuremberga, «para responder pelos seus atos».

Dois dos ex-dignitários nazis vão escapar-se a essa exigência, suicidando-se: Ley e Himmler.

Robert Ley, ex-diretor da Frente do Trabalho, é detido graças a uma informação banal: os Americanos são informados de que um certo Distelmayer habita uma vivenda de montanha, próximo de Berchtesgaden. Não o conhecem na região. Vive ali há poucos dias. E o oficial de informações da 101.^a Divisão Aerotransportada decide interrogá-lo.

Distelmayer apresenta documentos aparentemente em regra. A sua aparência com Ley é, no entanto, evidente — apesar da sua respeitável barba grisalha.

Distelmayer não conhece Ley. Afirma que nunca abandonou a região. Não compreende o que pretendem dele.

O oficial americano manda entrar na sala outro criminoso de guerra, o tesoureiro-geral do Partido Nacional-Socialista, Franz Schwartz, que não está prevenido do encontro que vai ter, e, ao ver «Distelmayer», exclama: «Olha, o doutor Ley!... Como está?... Que grande surpresa...»

Ley foi encarcerado na prisão de Salzburgo. Pouco depois começa a dar indícios de depressão. Alcoólico, não suporta o regime da prisão. Sozinho na sua cela, profere discursos intermináveis. Um dia, escreve a Ford a oferecer-lhe os seus serviços, tendo em conta a sua experiência na organização do trabalho na Volkswagen.

Enforca-se em 25 de outubro de 1945, depois de ter tido conhecimento

das acusações que lhe são feitas. Era responsabilizado pela deportação de vários milhões de trabalhadores europeus, a título de trabalho obrigatório.

Quanto a Himmler, chefe da Gestapo e das SS, grande mestre dos campos de concentração, chefe da Polícia, comandante do Exército de reserva, mata-se na noite seguinte à sua detenção: uma primeira busca permitira descobrir-lhe na algibeira uma ampola de cianeto; uma segunda busca é, no entanto, ordenada por precaução. Quando o médico lhe pede que abra a boca, quebra entre os dentes uma segunda ampola de cianeto, que tinha de reserva. Doze minutos mais tarde, Heinrich Himmler morre com os seus horríveis segredos.

Será preciso esperar até 31 de janeiro de 1969, isto é, até à morte de Allen Dulles, chefe da CIA (Central Investigation Agency) e antigo chefe do OSS (Escritório de Serviços Estratégicos), para se saber oficialmente pela imprensa que desde 1942 se tinham estabelecido contactos secretos entre o OSS e Himmler. A paz a ocidente fora mesmo proposta pelo chefe das SS. Roosevelt recusara qualquer compromisso e indicara como único objetivo a capitulação sem condições, tanto a ocidente como a leste.

Por outro lado, um diplomata sueco, o conde Bernadotte, que havia de vir a morrer poucos anos depois da guerra, quando desempenhava uma missão das Nações Unidas na Palestina, estabelecera contactos com Himmler em fevereiro de 1945 para obter a libertação de detidos suecos. No decurso dessas entrevistas, o diálogo encaminhou-se para a paz. Himmler haveria de lhe propor, poucos dias depois, a capitulação das forças alemãs a ocidente.

Joseph Kessel fala igualmente, num livro publicado em França sob o título *Les Mains du Miracle*, do papel desempenhado pelo médico assistente de Himmler, o doutor Kersten, nos contactos estabelecidos por Himmler, sem conhecimento do *Führer*, a favor da paz. As disposições encaradas previam, bem entendido, o desaparecimento de Hitler e a dissolução do Partido Nazi.

Himmler fora, portanto, muito longe no estabelecimento do seu plano. Só que os acontecimentos ultrapassaram-no.

Um último acusado escapará ao julgamento do Tribunal Militar Internacional de Nuremberga: Gustav Krupp von Bohlen und Halbach.

Porque se o processo de Nuremberga se inicia a 20 de novembro de 1945, três audiências preliminares tinham já regulado o caso do todo-poderoso senhor da indústria alemã. Essas audiências realizaram-se em 14, 15 e 17 de novembro de 1945, portanto três dias antes do solene levantar do pano.

...

Nascido em Haia em 1870, Gustav Krupp adota o nome de Von Bohlen antes da guerra 1914-1918. Diretor da empresa Krupp, fundada em 1812, equipou o Exército alemão durante a Grande Guerra. O canhão que bombardeia Paris chama-se *Bertha*, o nome da mulher do construtor. Depois de 1918, contribuiu para a reconstrução clandestina do poderio militar alemão. A partir de 1932, apoia e financia o Partido Nazi, em conjunto com numerosos industriais alemães. A partir de 1938, põe de pé a indústria dos sintéticos, que permite ao Reich viver em autarcia. Veio a morrer em 1950, na sua residência perto de Salzburgo.

No início da audiência preliminar de 14 de novembro, quarta-feira, o advogado de Krupp, o doutor Theodor Klefisch, pede aos juízes que suspendam a ação contra o seu cliente. Segundo afirma, Krupp encontra-se num tal estado de deficiência física que não lhe é possível comparecer no tribunal. Mais ainda: não pode perceber do que é acusado nem porquê, visto encontrar-se praticamente inconsciente. Não está em condições de fornecer ao seu advogado elementos úteis à sua própria defesa.

Um médico tratara durante longos anos Gustav Krupp — o professor Otto Gerke. Desde 1930, uma artrose da espinha dorsal, bem como uma hipotonia, tinha-se manifestado no doente. Desde 1932, Krupp está sujeito a numerosas síncope. Uma esclerose vascular, rapidamente agravada a partir de 1937, afeta-lhe em particular os vasos do cérebro.

Em 1939, Krupp sofre de uma paralisia fugitiva dos músculos dos olhos e de perturbações passageiras da palavra.

Na primavera de 1942, o doente tem um ataque de apoplexia no lado esquerdo, «secundada por uma paralisia facial»... As perturbações da circulação cerebral agravam-se à medida que os anos passam. Manifestam-se, primeiro, pelo enfraquecimento da memória e da vontade, uma indecisão e uma redução das faculdades intelectuais, para chegar a depressões acompanhadas de tonturas e de lágrimas involuntárias. O médico verifica «uma demência arteriosclerótica aguda».

Aquando de um acidente de automóvel em dezembro de 1944, o doente sofre uma fratura do osso do nariz e da base do crânio. Permanece oito dias no hospital. A partir desse momento, o seu estado físico agrava-se, sobrevêm várias crises de apoplexia, com amolecimento cerebral e perturbações cardíacas.

No momento em que o processo vai começar, o médico considera «que o

doente está completamente apático e desorientado». Manifesta-se uma afasia locomotora. Em consequência da rigidez dos músculos, não pode nem andar nem levantar-se. Durante os seis últimos meses, já lhe é impossível conter a urina... Precisa de ajuda mesmo para as coisas mais simples. Verifica-se um «enfisema evoluído dos pulmões e uma alteração miocárdica evidente, provocada pela esclerose coronária». O médico, que dá testemunho escrito sobre o estado do seu doente, declara que Krupp não está de forma alguma em condições de ser interrogado.

Segundo informações chegadas ao tribunal, havia já dois meses que o acusado não reconhecia sequer os familiares. Ora, o libelo de acusação tinha sido enviado a 19 de outubro, ou seja, cerca de três semanas antes do processo. Se o seu estado não é simulado, tem de se reconhecer que não está em condições de se defender.

O advogado tenta convencer o tribunal de que não é possível julgar Krupp à revelia.

— Senhor presidente, senhores: a questão que se põe agora é a de saber se, apesar desta incapacidade permanente de comparecer ao seu processo, apesar desta incapacidade de informar o seu advogado e apesar do facto de não ter conhecimento do ato de acusação nem do seu conteúdo, Krupp poderá ser julgado à revelia. O Artigo 12.º do Estatuto dá ao tribunal o direito de julgar em ausência, mas em dois casos:

»1.º se o acusado não tiver podido ser encontrado;

»2.º se o tribunal, por outro motivo, considerar necessário, no interesse da justiça, julgar em ausência.

»A primeira condição fica imediatamente eliminada.

»A defesa é de opinião que deve ser afastada a segunda eventualidade.

Com efeito, o acusado deve receber, segundo o Estatuto do Tribunal Militar Internacional, o libelo de acusação antes de o processo se iniciar. Tem o direito de definir a posição que decide tomar perante cada uma das acusações. Deve realizar-se um interrogatório preliminar. O acusado deve informar se prefere assegurar ele próprio a sua defesa ou fazer-se defender por outra pessoa. Enfim, o acusado tem o direito de ser ele próprio a apresentar as provas e a contrainterrogar cada testemunha...

Ora, no caso de Krupp, o acusado não pode usar nenhum desses direitos, na opinião do seu advogado.

— ... Existe, no presente caso, uma contradição entre as exigências da opinião mundial, que pede um processo à revelia para Krupp, e as exigências da justiça, visto que, como expliquei, teríamos de violar os princípios

estabelecidos na legislação de todos os Estados, e especialmente o Artigo 12.º do Estatuto (do Tribunal Militar Internacional) para instaurar um processo a um indivíduo alienado e na impossibilidade de se defender, um processo em que tudo está em jogo para o acusado: a sua honra, a sua existência e, o que importa ainda mais, a questão de saber se pertence ao círculo maldito dos grandes criminosos de guerra, que desencadearam sobre a humanidade e sobre a sua própria pátria uma tão horrorosa calamidade...

»... E, no entanto, não quero em caso algum colocar em primeiro plano os inconvenientes e os perigos que podem existir para a pessoa e os interesses do acusado. Bem mais dignos de atenção são os inconvenientes e os perigos, para a justiça objetiva, de um procedimento insólito; porque um processo contra um tal acusado, que está incapacitado de ser julgado em consequência da sua total inaptidão para assegurar uma defesa regular, não pode constituir garantia de um julgamento exato e equitativo...

É isto, em resumo, o essencial das alegações do advogado de Krupp.

O procurador-geral pelos Estados Unidos, Justice Robert H. Jackson, responde em nome do seu país, da URSS e da França que «tudo o que permita evitar um processo representa vantagem para os acusados». Para ele, «desde há mais de cento e trinta anos, a empresa Krupp manteve a sua prosperidade devido ao fornecimento do seu equipamento militar à máquina de guerra alemã. No intervalo das duas guerras mundiais, o acusado de hoje, Krupp von Bohlen und Halbach, foi o diretor responsável da firma e, durante esse tempo, o seu filho mais velho, Alfred, foi iniciado nos negócios, na esperança de o ver prosseguir na mesma tradição. As atividades da empresa não se limitaram à execução das encomendas do Governo. Compreenderam uma participação ativa no incitamento à guerra; a sabotagem da conferência do desarmamento e da Sociedade das Nações com a retirada da Alemanha; uma enérgica propaganda política em apoio ao integral programa nazi de agressão. Esta ação não deixou de dar lucros à empresa Krupp», disse ainda o procurador americano, «e indicámos já o impressionante crescimento dos lucros que realizou auxiliando a preparar a Alemanha para uma guerra de agressão. Os seus serviços foram tão extraordinários que se abriu uma exceção à política de nacionalizações a favor desta empresa, que, por uma série de decretos nazis, foi definitivamente declarada empresa de família nas mãos do filho mais velho, Alfred».

O procurador Jackson observa então que «seria inacreditável» que a empresa Krupp não fosse posta em causa num processo em que procura estabelecer-se «o princípio de que é crime incitar a uma guerra de agressão». Para

ele, na falta de Gustav Krupp, pode perfeitamente julgar-se o seu filho Alfred, «atualmente entre as mãos do Exército Britânico do Reno».

Durante a preparação do processo, o representante dos Estados Unidos, ao tomar conhecimento da gravidade do estado de saúde de Gustav Krupp, convocara uma reunião de procuradores aliados e propusera-lhes uma emenda tendente a incluir Alfred Krupp no libelo de acusação. A proposta foi então rejeitada por três votos contra um: a URSS, a Grã-Bretanha e a França contra os Estados Unidos. Os Aliados eram da opinião de que não devia atrasar-se mais o processo. A apresentação de uma nova acusação obrigaria, com efeito, ao adiamento de um mês — demora prevista pelo regulamento entre a acusação e o processo, a fim de permitir a todos os acusados que organizassem a sua defesa.

O procurador-geral pelo Reino Unido, Sir Hartley Shawcross, intervém então no debate para sustentar que não pode inculpar-se Alfred Krupp a pretexto de seu pai, Gustav, estar doente:

— Isto é um tribunal de justiça, não é um jogo onde se pode entregar a um substituto o lugar vago por doença de um dos jogadores da equipa. Se Gustav está incapaz de sustentar a sua causa perante o tribunal (e é ao tribunal que compete decidir se está ou não), não ficará mais capaz de o fazer por o tribunal ter decidido juntar mais uma pessoa que não esteja neste momento presente no processo.

Tendo sido nomeada uma junta médica em 5 de novembro, o Tribunal Militar Internacional adia a sua decisão para a audiência do dia 15, a fim de escutar o relatório dos professores.

Efetivamente, no dia 15, a junta médica informa o tribunal de que, «segundo apreciação unânime, Gustav Krupp von Bohlen sofre de amolecimento senil do cérebro, que o seu estado mental o torna incapaz de compreender a ação interposta perante o tribunal, de seguir um interrogatório e de cooperar no mesmo; que o seu estado físico é tal que não pode ser transportado sem fazer perigar a sua vida, e que é pouco provável que este estado venha a melhorar, sendo, pelo contrário, mais natural que se agrave».

Nem a acusação nem a defesa levantam qualquer objeção a este relatório.

A junta médica é constituída por seis médicos: um médico do Exército britânico, o brigadeiro Tunbridge, o professor Piédélièvre, da Faculdade de Medicina de Paris, o professor do Instituto de Medicina de Moscovo Nicolas Kurshakov, um professor do Instituto de Neurologia de Moscovo, o doutor

Eugene Krasnushkin, e um médico neuropsiquiatra do Exército americano, o doutor Schaffner.

Finalmente, o Tribunal Militar Internacional decide, «perante os factos apresentados, que o interesse da justiça não requer que Gustav Krupp von Bohlen seja julgado à revelia... e ordena que:

»1.º seja deferido o pedido de adiamento dos debates contra Gustav Krupp von Bohlen;

»2.º que as incriminações feitas contra Gustav Krupp von Bohlen no libelo acusatório sejam mantidas em tribunal para processo ulterior, se as condições físicas e mentais do acusado o permitirem.

»As outras questões suscitadas pelos procuradores-gerais serão examinadas mais tarde, incluindo a proposta de acrescentar mais um nome ao libelo de acusação.»

É evidente que se trata aqui de Alfred Krupp: no dia 17, mais uma breve e última audiência preliminar permite rejeitar definitivamente o requerimento do procurador americano, o nome de Alfred Krupp não será acrescentado ao ato de acusação. Apesar disso, Alfred Krupp será conduzido perante o Tribunal de Nuremberga, em 1948. E será absolvido.

Presente perante um tribunal militar designado pelo Presidente dos Estados Unidos e condenado a doze anos de prisão, bem como à confiscação dos seus bens, foi libertado em 1951 e, em 1953, teve de se comprometer a liquidar toda a sua participação nas empresas industriais e metalúrgicas que lhe pertencem.

É igualmente na audiência de 17 de novembro que o caso de Martin Bormann é rapidamente regularizado. Aquele que foi o chefe do Partido Nazi e o principal conselheiro de Hitler desapareceu, sendo julgado à revelia.